

NARRANDO A AMAZÔNIA: PALAVRA COMO NOMEAÇÃO, CRIAÇÃO E MORADA

NARRATING THE AMAZON: WORDS AS NOMINATION, CREATION AND ADDRESS

Poliana de Melo Nogueira¹
polymelonogueira@gmail.com

Resumo: Este estudo tem por objetivo discutir narrativas de viajantes, cientistas e literatos que ao realizarem seus estudos, observações, registros e intervenções colaboraram para a construção de um objeto linguístico que caracterizaria rios, terras e pessoas sobre o signo amazônico. Com este fim, dialogo com autores como Albuquerque Júnior (2012), Albuquerque (2016), Nenevé e Sampaio (2015), Hardman (2009), Murari (2007), Lima e Botelho (2016) e Hall (2016). As conclusões desta pesquisa nos levam a uma compreensão desse processo de invenção, bem como, refletir sobre as possibilidades de (re)invenção do que se constituiu como Amazônia.

Palavras-chave: Amazônias; (re)invenção; Narrativas.

Abstract: This study aims to discuss narratives of travelers, scientists and literati who, by carrying out their studies, observations, records and interventions, collaborated to the construction of a linguistic object that would characterize rivers, lands and people under the Amazonian sign. To this end, I dialogue with authors such as Albuquerque Júnior (2012), Albuquerque (2016), Nenevé and Sampaio (2015), Hardman (2009), Murari (2007), Lima and Botelho (2016), and Hall (2016). The conclusions of this research lead us to an understanding of this process of invention, as well as, to reflect on the possibilities of (re)invention of what was constituted as Amazon.

Keywords: Amazon; (re)invention; narratives.

*No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus.
(João 1:1)*

Este estudo tem por objetivo discutir narrativas de viajantes, cientistas e literatos que, ao realizarem seus estudos, observações, registros e intervenções colaboram não apenas para a construção de um determinado tipo de conhecimento sobre terras, rios e pessoas, mas também para a própria criação de seu objeto de estudo, no caso, a Amazônia e os demais termos referentes a ela.

Com este fim, dialogo com autores como Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012), Gerson Rodrigues de Albuquerque (2016), Miguel Nenevé e Sônia Sampaio (2015), Francisco Foot Hardman (2009), Luciana Murari

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre.

(2007), Nísia Trindade de Lima e André Botelho (2016) e Stuart Hall (2016) entre outros, entendendo que o diálogo com os referidos autores e obras pode ajudar a problematizar uma Amazônia cujo significado foi em grande medida construído pela linguagem literária, científica e política que impõem modos de pensar sobre a região, seus habitantes e práticas sociais.

Como destacado na epígrafe, a palavra pode ser pensada ao mesmo tempo como nomeação e como criação. A palavra como nome refere-se a uma correspondência entre o objeto nomeado e o seu referente. Neste caso, a palavra funciona como simples registro do que existe. Ao mesmo tempo, o ato de nomear exerce uma função criativa uma vez que a descrição feita assume o lugar do próprio referente².

Para Petter (2018), a linguagem é criadora de realidade no sentido de que é através dela que os seres humanos orientam suas vidas e organizam seu mundo. Desse modo, a autora explica que existem mais palavras que objetos já que podemos fazer associações, qualificar novos termos, produzir metáforas, metonímias, etc. Assim, a linguagem não é mera exibição/descrição, pois também podemos falar de sentimentos, ideias, personagens e coisas mesmo na ausência delas, além de podermos também produzir objetos ficcionais, o que demonstra, segundo a autora, que as palavras independem daquilo que elas nomeiam. A palavra conceitua, nomeia, classifica e cria objetos. Neste texto, tomamos a Amazônia como um destes objetos.

Stuart Hall, no texto “Cultura e representação”, analisa questões relativas à linguagem e destaca que ela é um meio de criação, orientação e organização do mundo através do qual os próprios sentidos vão sendo criados, (re)significados e compartilhados. Para o autor “a linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema representacional”. (HALL, 2016, p.18). Tudo o que existe para os seres humanos passa por esse processo de representação mediado pela linguagem.

É nesta direção que Gerson Albuquerque afirma que a Amazônia não é um dado natural. Ela é fruto de um conjunto de conhecimentos, enunciados, narrativas que trabalham para produzi-la e apresentá-la como se fosse possível encontrá-la em algum lugar da natureza. De acordo com o pesquisador, esse conjunto de conhecimentos pode ser definido pelo termo amazonialismo

O amazonialismo é um conjunto de “conhecimentos” ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a “Amazônia”, produzindo-a como um lugar no mundo da expansão dos impérios e do imperialismo: uma “Amazônia” ou a “Amazônia”, grafada pela escrita de distintos viajantes desde o advento da “modernidade”, esse significante que, no dizer de Stuart Hall, é “extremamente escorregadio” e deve sempre ser “utilizado com todas as aspas possíveis”. Tal conjunto de narrativas, amplamente difundido, repetido e cristalizado produziu subjetividades, apagando ou eliminado violentamente as línguas, memórias, culturas e histórias outras, no processo histórico em que foi instituindo a “região amazônica” –

²A este respeito ver também Saussure (2012).

entre os séculos XVI e o XIX –, inventando e catalogando seus povos, rios, fauna e flora, fabricando identidades e fronteiras “amazônicas” e “não-amazônicas”, fabricando e introjetando narrativas de diferentes sujeitos (pessoas físicas e jurídicas) que partem da ideia ou da palavra/conceito Amazônia como um todo homogêneo, referência de lugar, identidade, vivência ou existência de incontáveis seres humanos e não-humanos, naturais e não naturais. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 77-8).

Neste sentido, é necessário problematizar a Amazônia enquanto palavra que nomeia e ao mesmo tempo cria realidades; projeta poderes e práticas de dominação; orienta formas de classificação e de hierarquização entre o “amazônico” e o “não-amazônico”; entre um suposto “nacional” e outro suposto “regional”, que, como destaca Albuquerque (2016), produz subjetividades e formas de atuação sobre e no mundo.

Do conjunto de narrativas que compõem essa perspectiva amazonialista, podemos citar o papel desempenhado por viajantes europeus a partir do século XVI. Esses viajantes, de modo geral, tinham a missão de localizar e descrever rios, terras, riquezas e pessoas, mas também criaram as narrativas que orientam todo um imaginário baseado não necessariamente na natureza, mas em seus ideais de conquista e universos culturais. Como destacam Miguel Nenevé e Sônia Sampaio (2015), “o autor faz uma ‘tradução’ do que vê, sem qualquer negociação, sem qualquer troca de ponto de vista, mas sim, partindo exclusivamente do que é ‘correto’ de acordo com sua cultura e sua visão”. (NENEVÉ; SAMPAIO, 2015, p. 28). A palavra dos viajantes tinha a função de nomeação, criação e dominação e reproduzia concepções prévias para narrar o que julgavam ver.

Ao pensarmos a partir das colocações de Albuquerque, percebemos como os sujeitos e o próprio espaço amazônico foram e são (re)inventados a partir de um modo de escrever sobre eles, dos discursos da geografia, da história, da literatura, entre outros, que criam a partir da palavra escrita, o universo amazônico com base em suas (delas) formas de ler o que julgam ver. E veem, pois como indicam Nenevé e Sampaio (2015), essas observações são realizadas a partir de outras leituras e experiências, lançadas sobre e não necessariamente vivenciadas no ambiente que está sendo descrito.

O livro “Amazônia: as vozes do rio” de Ana Pizarro (2012), apresenta uma análise crítica sobre narrativas formuladas a respeito da região amazônica. Neste estudo, a autora expõe e exemplifica discursos e práticas que vão estabelecendo a Amazônia como última fronteira (a ser) inventada pelos sonhos etnocêntricos e expansionistas europeus; além de narrativas científicas e de integração nacional, propostas por vários intelectuais. Para a autora ocorre uma espécie de continuidade e ampliação das idealizações formuladas para tornar inteligíveis, a partir de uma determinada perspectiva, lugares considerados exóticos como as vastas regiões do Oriente ou da América, temporalmente localizadas entre o século XVI e o início do XX. Neste longo percurso narrativo investigado pela autora, a Amazônia vai sendo inventada enquanto grande modelo de estranhamento; da luta entre o “bárbaro” e as possibilidades de “civilização”. A região vai sendo construída

a partir da linguagem que domestica, traduz, diz o que as coisas são, dando-lhes existência.

A escrita de conquista dos cronistas e viajantes que narraram a região foi erguida, desde o século XVI, sobre as marcas do exótico e do maravilhoso, que preenchiam expectativas geradas por esse elemento externo de matriz europeia e forneceu elementos narrativos numerosos que seriam apropriados, retraduzidos e ampliados por ficcionistas, cientistas e literatos (brasileiros ou não) nos séculos posteriores. Ainda é comum encontrar referências preconcebidas que dialogam “com os mitos produzidos sobre ela, como território verde com populações indígenas, do ‘paraíso’, do ‘pulmão do mundo’, entre tantos outros”. (PIZARRO, 2012, p. 29).

A Amazônia como palavra remonta aos mitos conhecidos por esses viajantes e a nomeação de seres e espaços deve ter se iniciado como uma tentativa de compreensão daquilo que, sendo exótico e desconhecido, não poderia ser descrito tão facilmente. Desse modo, a escolha dos nomes a serem dados às coisas e seres provavelmente foi feita com base no repertório cultural do “descobridor”, de suas experiências anteriores como apontam Nenevê e Sampaio (2015). Nesse processo, apresentam-se as mais diversas fantasias, bem como entusiasmo de comprovar antigas crenças e impor percepções apresentadas como simples relatos das coisas vistas ou sonhadas.

Não se trata, porém, de simples intenção de falsear os relatos por parte dos narradores. Em grande medida eles foram “devorados” por seus imaginários. Caso emblemático é o de Lope de Aguirre que passou de membro da expedição liderada por Pedro de Urzúa em busca do Eldorado em 1559 a líder dessa mesma expedição e, fazendo isso, “fez algo considerado impensável para a memória colonial e mereceu, por isso, o castigo exemplar da calúnia e da difamação: desafiou o poder real”. (PIZARRO, 2012, p. 52). Partiu como auxiliar e/ou conquistador e depois se transformou em traidor do rei, inimigo de Deus, justamente por desejar implementar os ideais de conquista herdados de seu universo cultural europeu, mas sem a continuidade das hierarquias anteriormente obedecidas.

Ao assumir em carta ao rei a autodenominação de “traidor”, Aguirre marca um ponto significativo nos processos de narração da Amazônia. Ela será também narrada como campo de implementação dos ideais não alcançados no “Velho Mundo” por sujeitos que não haviam sido contemplados por esses mesmos ideais e buscavam nesses “novos mundos” aquilo que não alcançaram em suas terras natais.

A expedição de Urzúa, que será finalmente a de Lope de Aguirre, marca a imagem da Amazônia com uma nova dimensão. Já não se trata apenas da procura do Eldorado, não é apenas a aventura desmedida e a ousadia; está presente também o sentido separatista, libertador da coroa espanhola, que aqui se acha favorecido pelo isolamento geográfico, num ambiente que se percebe repleto de riquezas naturais. Na carta que Lope de Aguirre envia ao Rei, este princípio está consignado num gesto que foi considerado demencial, porém que demarca um princípio histórico com a consagração de uma nova ordem.

Naquela época, como agora, a Amazônia parece condensar as visões do paraíso que a Europa projeta sobre a América. (PIZARRO, 2012, p.57).

A imagem do isolamento geográfico, tão presente nas narrativas “amazonialistas” (ALBUQUERQUE, 2016) até os dias atuais, já aparece bem marcada na trajetória narrada de Lope de Aguirre. A distância em relação à coroa apresenta um caráter paradisíaco para a realização de ideais não alcançados na Europa e um caráter também infernal já que os indícios da civilização tomada como referência não podiam, na concepção dos conquistadores, ser encontrados nesses “novos mundos”. O paraíso estava aberto aos sonhos de conquista, no entanto, tudo estava ainda por fazer. Séculos mais tarde, Euclides da Cunha retomaria essa tese³. Esse duplo caráter é tema importante em diversas narrativas produzidas sobre a Amazônia desde então.

Essas e outras narrativas retomam as imagens do paraíso perdido. Esse paraíso seria tão localizável quanto o Eldorado, afinal, se tantos falavam e escreviam a esse respeito, ou se tantas falas eram tomadas como testemunho da existência de tais locais, no imaginário do período eles poderiam sim ser encontrados, talvez logo após a curva de um rio ou de um conjunto de corredeiras. As sucessivas falhas em localizar esses lugares, talvez representassem para o conquistador, as provas de que tanto o paraíso quanto o Eldorado poderiam ser encontrados em uma dessas viagens.

Se, para Aguirre a ausência do estado, como aponta Ana Pizarro, podia indicar a possibilidade de organização de novas ordens, essa mesma ausência poderia representar a inferioridade do espaço descrito. Mesmo os impedimentos e a falta de acesso às riquezas procuradas pareciam confirmar a existência destes; a experiência narrada como infernal, parecia comprovar que o paraíso estava ao alcance.

As narrativas construídas a partir de perspectivas atravessadas pelas noções de inferno e paraíso podem ser pensadas como tentativa de “domar” o próprio imaginário por parte do descobridor a partir da tradução/destruição do desconhecido. Neste sentido, tanto a natureza era revista e interpretada quanto seus narradores. De acordo com Neide Gondim (1994), as ideias que circulavam em contextos europeus no século XIX traziam à tona antigas crenças como a de que havia “uma conexão entre clima e caráter, ou humores corporais, entre clima e animais. O clima podia explicar a bravura, a preguiça, a tendência para a meditação de certos povos”. (GONDIM, 1994, p. 65).

Não se tratava, no entanto, apenas de uma determinada intencionalidade do olhar e das descrições. Mesmo em casos onde as intenções se voltavam para a simples descrição, os narradores poderiam ser tragados pela impossibilidade de lidar com aquilo que lhes fugia do horizonte cultural. Narravam sim o que viam e viam o que esperavam ver: a ilusão das amazonas, que já figurava no imaginário europeu legado por suas tradições que pareciam se confirmar através dos relatos dos nativos colhidos e traduzidos pelos (e ao gosto) dos europeus orientavam o olhar de cientistas empenhados, como La Condamine no século XVIII em fazer uma descrição “precisa” das formas da Terra.

³A este respeito ver Cunha (1998, p. 66).

Foi o fantástico o que mais chamou a atenção de La Condamine. O que se vê é a fusão da *realia* e das *mirabilia*, esta preponderando, pois as hipóteses levantadas, as conjecturas registradas no diário são realidades maravilhosamente inventadas (...) Mas La Condamine era um cientista e sua invenção da Amazônia no mínimo deveria ser fundamentada em fatos verídicos e quem melhor que os viajantes e os nativos para auxiliá-lo? (GONDIM, 1994 p. 128).

Ao mesmo tempo, que “*realia*” e “*mirabilia*” enfrentavam-se e se fundiam, o que se estava produzindo era outro ideal de homem e civilização. Essas explicações que eram formuladas não apenas para justificar as diferenças encontradas entre povos e terras no “Novo Mundo” também eram utilizadas para compreender porque o próprio “Velho Mundo” era como era e a conseqüente “missão” que lhe caberia. Junto a esse conjunto de ideias, ou talvez em decorrência delas, seria necessário “civilizar”, “cristianizar” e “dominar” territórios e pessoas.

Sob diferentes formas, essas interpretações tornaram-se bases explicativas para narrativas posteriores como é o caso dos escritos amazônicos de Euclides da Cunha. De formação militar, o intelectual chefiou a missão mista de reconhecimento do rio Purus no ano de 1905, alimentando ao mesmo tempo a ideia de escrever um livro que se chamaria “Um Paraíso Perdido”. Suas notas, relatórios, cartas e o livro póstumo publicado em 1909, serviram e servem de referência a autores e diversos outros estudiosos que escreveram sobre a região. Por sua vez, esses escritos tinham declaradamente a influência de viajantes, cientistas, aventureiros e intelectuais que se detiveram em escrever sobre o tema.

Desde as últimas décadas do século XIX a borracha despontava ao mesmo tempo como matéria-prima para a indústria (principalmente automobilística) e como elemento fundamental para o desenvolvimento desta. Velhos e novos estranhamentos se entrecruzam na tentativa de tornar as narrativas sobre a região parte de uma narrativa global que tinha na industrialização ponto central. Fazia sentido, como destaca Albuquerque (2016) que a narrativa nacional brasileira estivesse mudando para incorporar essas zonas cujas potencialidades econômicas estavam em alta.

Amazônia era palavra que encarnava o repositório de produtos essenciais à industrialização e era apropriada como fonte de riquezas e superação da miséria para milhares de trabalhadores de diversos pontos do país que se lançassem à exploração gumífera. Assim, no início do século XX, a Amazônia narrada continua transitando entre o inferno e o paraíso, porém também estava pronta para ser, nos termos da época, domada e desbravada.

Para Foot Hardman (2009), o conjunto de escritos, dentre os quais se incluíam os de Euclides da Cunha, fazem parte de um esforço de construção de uma imagem do nacional e, para isso, seria necessária também a invenção do elemento regional. Ao analisar o prefácio do romance “O Cabeleira” de Franklin Távora, Hardman identifica essa tendência à elaboração dos discursos sobre o que seria o regional, ou seja, sobre a invenção

das regiões para compor um quadro do que seria o nacional desde as últimas décadas do século XIX.

A tendência apontada por Foot Hardman permanece orientando os olhares que constroem e difundem um imaginário que, ao mesmo tempo em que incorpora a Amazônia enquanto parte do elemento nacional, a constrói narrativamente enquanto última fronteira ou “sonho civilizatório” que deve ser conhecido e controlado; ter limites definidos, vigiados e protegidos seja contra os estrangeiros ao redor ou contra o anonimato das “línguas ‘sem história’” como problematiza Hardman. Essa incorporação das margens significava, ao mesmo tempo a definição do nacional.

Para Hardman (2009), a vertigem do vazio dá o mote para a escrita de “Um paraíso perdido” obra nunca terminada por Euclides da Cunha, mas que pensada como “segundo livro vingador” (CUNHA apud. HARDMAN, 2009, p. 55), ou seja, como a incorporação e a invenção de mais um desses espaços “vazios” no âmbito de um universo letrado como Euclides já havia feito com o livro “Os Sertões”. A Amazônia euclidiana era narrada como um desses sertões longínquos e vazios cuja incorporação deveria ser feita. A problematização de termos como “região” pode nos ajudar a compreender a elaboração da narrativa sobre o que viria a ser “o nacional”.

No texto “Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia”, Albuquerque Júnior (2012) faz uma análise neste sentido ao discorrer sobre os modos através dos quais as fronteiras nacionais e as percepções sobre aquilo a que atualmente nos referimos como regiões do Brasil e de como essas compreensões foram construídas. O autor problematiza o termo nordeste como representativo de um espaço que teria supostamente uma geografia e cultura particular e que também supostamente estivera presente nas narrativas históricas do Brasil desde o início da colonização.

De acordo com o autor, houve uma reconfiguração no tocante ao significado dos termos que atualmente usamos para designar as regiões do Brasil. De modo semelhante esse processo também ocorreu com a Amazônia, narrada como parte da construção da ideia de Brasil, primeiro enquanto palco de disputas coloniais e, posteriormente, nacionais, todas essas narrativas passavam pelos usos da palavra Amazônia como nomeação, dominação e criação.

Segundo Hardman (2009), na perspectiva euclidiana do início do Século XX, em meio ao projeto de escrita de “Um paraíso perdido”, três Imagens-Farol orientam as narrativas sobre a Amazônia. Essas imagens influenciaram não apenas a escrita do autor, mas de uma série de escritores, historiadores e geógrafos que se propuseram a pensar e, neste sentido, reforçar ou criar um imaginário sobre o que seria a região.

A primeira dessas imagens-farol é a da “Amazônia como miniatura trágica do caos”. (HARDMAN, 2009, p. 63). Ela mescla na escrita euclidiana as grandezas infinitas e o extremamente pequeno, impossibilitando ao observador uma compreensão completa sobre o espaço a ser observado. Essa imagem construída por Euclides da Cunha cuja inspiração declarada é a definição de John Milton, pode ser vista em carta remetida ao amigo

Artur Lemos em 1905. Assinado por Euclides da Cunha durante sua estada em Manaus, o referido texto remete à vertigem causada pela impossibilidade de apreender esse outro sertão euclidiano, pois “Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem”. (CUNHA apud. HARDMAN, 2009, p. 63).

Outro aspecto interessante presente no texto citado é a percepção do autor de que ele participava de um processo de construção da Amazônia enquanto conceito; ou seja, da narração do espaço amazônico. Ao escolher o demonstrativo “esta” ao invés do artigo definido “a” para referir-se ao tema de sua carta, o autor deixa transparecer, no mínimo, uma comparação feita diante outras representações construídas acerca do que viria a ser o objeto de sua análise. Existiriam outras Amazônias, aquela à qual Euclides da Cunha se referia, seria uma outra.

A Amazônia caótica e vertiginosa descrita por Euclides da Cunha retoma a ideia de um espaço em que a palavra ordenadora/criadora do Deus hebraico apresentada no Antigo Testamento ainda não havia agido. Os agentes de sua descrição, mapeamento e inclusão na narrativa histórica e literária nacional faziam parte do trabalho de conclusão da tarefa não terminada da criação. Novamente, a referência Bíblica é marcante, não apenas porque na história contada no Gênesis, Adão nomeia animais e plantas em continuidade à obra divina, mas porque, em outro de seus textos, outra carta, desta vez escrita ao amigo Coelho Neto, Euclides da Cunha se coloca na condição de profeta do espaço que ele está ajudando a criar.

Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: Um paraíso perdido, onde procurarei vingar a Hyloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVII. Que tarefa e que ideal! Decididamente nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me apenas umas longas barbas brancas, emaranhadas e trágicas. (CUNHA, 1997, p. 226 apud. HARDMAN, 2009, p. 37).

Euclides da Cunha se colocava como o autor de uma grandiosa missão movida por um nobre ideal. Narrar o espaço amazônico era, nos termos do autor, tarefa a ser enfrentada e esse enfrentamento passava necessariamente pelos interesses que orbitavam ao seu (dela) redor.

Nas referências feitas por Euclides da Cunha aos autores e “pioneiros” que lhe servem de inspiração, podemos identificar o ideal de dominação da natureza e de tudo o que dela estivesse próximo através de um determinado tipo de racionalidade. Em Euclides da Cunha essa natureza aparece com uma forma dupla, ora paradisíaca, ora infernal; em alguns momentos essa natureza é dadivosa, em outros ela pune sem piedade qualquer fraqueza física e o desvio moral. A imagem de uma natureza intocada em contato com um homem intruso num paraíso inacabado, e portanto problemático, é diversas vezes repetida em Euclides da Cunha.

A narração de uma terra anterior ao ordenamento narrado no Gênesis lança essa região para uma espécie de fronteira, nem infernal nem paradisíaca, mas uma mistura caótica de ambos em que o homem “é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem”. (CUNHA, 1998, p. 66).

A segunda imagem-farol identificada por Hardman na escrita Euclidiana é a das “‘estradas’ dos seringais como labirinto moderno da solidão”. (HARDMAN, 2009, p. 69). A narração de um trabalhador solitário, submetido à repetição do mesmo caminho e dos fazeres diários, teve impactos profundos no imaginário coletivo e reflexos consideráveis na escrita sobre a região.

Para Albuquerque (2016) a escrita euclidiana baseada em uma série de outras narrativas terminou por construir uma imagem do seringueiro como um ser passivo, humilhado e humilhável em sua proximidade ao próprio elemento natural das florestas. Ao mesmo passo que a descrição do trabalhador dos seringais feita por Euclides da Cunha tornou-se a imagem predominante nas descrições feitas acerca do que seriam características de um suposto “homem amazônico” com toda a carga simbólica que isso representa.

Complementar à imagem dos labirintos modernos da solidão e do “sujeito amazônico” como um solitário submetido à condição de natureza, estão “Judas-Ahsverus e os fantasmas da ira” (HARDMAN, 2009, p. 73), última das grandes imagens-farol de Euclides da Cunha. Nela o escritor uniu duas figuras importantes da mitologia cristã, Judas, o traidor de Cristo e Asverus o judeu errante, condenado a vagar eternamente. Relidos e unidos em um só personagem por Euclides da Cunha Judas e Asverus materializam-se no seringueiro narrado pelo autor como um sujeito que vive uma contínua sexta feira da paixão e que encontra no sábado de aleluia a única possibilidade de vingança. Vingança de seus patrões, de sua vida e trabalho, mas principalmente de si mesmo. Nas palavras de Euclides da Cunha

É um doloroso triunfo. O Sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafrenta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram. (CUNHA, 1998, p. 112).

O sertanejo moralmente frágil e, por isso mesmo, humilhado e condenado à submissão como descrito por Euclides da Cunha, repercute nas narrativas elaboradas sobre a Amazônia e está em estreita sintonia com outra imagem criada pelo autor, a do “homem que trabalha para escravizar-se”. (CUNHA, 1998, p. 74). Agente da própria escravidão, restaria ao seringueiro a vingança simbólica encarnada no boneco que desce, levado pela correnteza do rio, sujeito às pedras e balas que lhe são lançadas no trajeto sem paradeiro ou destino.

Euclides da Cunha é dono de uma escrita forte, que denuncia e também elogia as benesses daquilo que entende por progresso e integração nacional. Ele passa de momentos em que tece grandes elogios às possibilidades da implementação técnica e presença do estado como promotores do desenvolvimento social a outros em que denuncia fortemente o sistema de exploração a que estão submetidos os trabalhadores nos seringais. Junto a isso, a natureza, como afirmamos, pode ser vista em seus textos como a “última página, ainda a escrever-se, do Gênesis”. (CUNHA, 1998, p. 219). Ela também produziria no homem um rebaixamento característico. A Natureza em Euclides da Cunha assume uma condição de personagem e age sobre os sujeitos ali inseridos impondo-lhes modos de agir.

Luciana Murari, destaca que, em Euclides da Cunha “O sertão faria dos homens que o habitam parte da geografia e da natureza, sendo extremamente reduzida sua capacidade de modificar a história”. (MURARI, 2007, p. 50). A imobilidade histórica marcaria então a condição dos sujeitos que, em vez de agirem, seriam moldados pela natureza. Essa é uma perspectiva que norteou toda uma tradição narrativa desde o período colonial e a escrita euclidiana não é imune a essa tradição literária.

Se, como analisa Ana Pizarro, “toda aventura tem uma memória anterior, toda viagem remete a outra viagem” (PIZARRO, 2012, p. 65), em Euclides da Cunha ocorrem empréstimos de viagens e aventuras anteriores. Ocorre a reafirmação, apresentada como testemunho de descrições que teriam sido feitas, por exemplo, por Frei de São José e mais tarde por Russel Wallace como o próprio Euclides declara.

Em 1762 o bispo do Grão-Pará, aquele extraordinário Frei de São José – seráfico voltairiano que tinha no estilo os lampejos da pena de Antônio Vieira – depois de resenhar os homens e as cousas, “assentando que a raiz dos vícios da terra é a preguiça”, resumiu os traços característicos dos habitantes deste modo desalentador: – “lascívia, bebedice e furto”. Passam-se cem anos juntos, procura-se saber se tudo aquilo melhorou; abrem-se as páginas austeras de Russel Wallace e vê-se que algumas vezes elas parecem traduzir, ao pé da letra, os dizeres do arguto beneditino porque a sociedade indisciplinada passa adiante das vistas surpreendidas do sábio – *drinking, gambling and lyng* – bebendo, dançando e zombando – na mesma dolorosíssima inconsciência da vida. (CUNHA, 1998, p. 73).

Condenados pela escrita dos dois autores, as coisas e os homens seguem rebaixados por uma característica que, segundo Euclides da Cunha, não mudou com o tempo. É interessante perceber como o autor toma a referência linear da passagem do tempo para marcar aquilo que, em sua perspectiva, deveria sair da condição “selvagem” e alcançar a civilização, mas que por conta da “raiz dos vícios”, nada ou quase nada teria mudado. Figura complicada nesse contato com a “terra viciada”, o homem amazônico de Euclides da Cunha aparece corrompido pelo ambiente, entregue à “lascívia”, à “preguiça” e ao “furto”.

Por outro lado, o homem civilizado (que poderia ser o religioso, o cientista ou o intelectual), porque dotado de uma “razão superior”, se choca como o que vê (ou julga ver) e se apresenta tanto como juiz quanto como provável solução para a corrupção e contínua “inconsciência da vida”.

A imagem da Amazônia como “deserto” é tema recorrente em Euclides da Cunha e a intervenção técnica e racional sobre os espaços e homens sujeitos a uma preguiça e apatia fundantes são pontos importantes em seus escritos sobre a região. A escrita euclidiana descreve o espaço de “horizontes vazios e indefinidos como o dos mares” (CUNHA, 1998, p. 65) cuja presença humana teria sido submetida pelas determinações da geografia. Os remédios seriam as possibilidades apresentadas pela técnica para retirar tanto a terra quanto homem do “atraso” e da “inconsciência”.

Euclides da Cunha contrapõe dois tipos humanos, o sertanejo “inculto” e “inconsciente da vida” e o intelectual “civilizado” que implementaria as mudanças necessárias. O “agente desta transformação não é, contudo, o sertanejo e sim o homem moderno dotado de mentalidade científica e recursos tecnológicos para resgatar o sertão da imobilidade”. (MURARI, 2007, p. 51). Note-se que a figura do intelectual, que pode atuar como agente do Governo apresenta-se em Euclides da Cunha como promotor da “integração” e do “progresso” que se tornariam alcançáveis pelo uso das técnicas facilitadoras da comunicação como o telégrafo e/ou a escrita.

De acordo com o autor, seria possível tirar a terra da “margem da história” e tomar posse dela através da linguagem (administrativa, jurídica, histórica) própria da civilização que tinha na técnica seu principal instrumento de intervenção.

“Um paraíso perdido”, obra inacabada, de Euclides da Cunha representa neste sentido, um esforço em traduzir, esse espaço que, na concepção do autor, ainda não estava pronto; era caótico e impróprio à vida humana, que chegou sem convite e tornou ainda mais desorganizado o caos que já existia. (CUNHA, 1998). Mas outros desses homens “intrusos impertinentes”, desde que fossem intelectuais e “civilizados”, poderiam viabilizar o ordenamento do caos por meio da palavra (escrita) que nomeia, cria e transforma a realidade.

Como vimos, em Aguirre, a distância em relação ao Estado e às hierarquias que impediam a realização dos ideais de certos homens funcionava como elemento libertador. Para Euclides da Cunha, no entanto, essa ausência significa selvageria, barbárie, rebaixamento. Se isso ocorre em relação ao sertanejo, a interpretação do elemento indígena é muito mais visível na escrita não apenas de Euclides da Cunha, mas de diversos outros que o antecederam bem como muitos que vieram depois.

A desvalorização do habitante desta terra que está sendo narrada ocorre ao mesmo tempo da exaltação da terra e da gente “civilizada”, seja pela “grandeza” narrada nos feitos dos conquistadores ou pelo destaque do grau de “imperfeição” existente no Novo Mundo e suas correlações na conformação dos indivíduos.

Através da técnica e dos elementos próprios do “mundo civilizado” seria possível retirar a terra e a gente da barbárie. Porém esse “desenvolvimento” não seria tão facilmente atingido uma vez que a terra teria “vícios” e mesmo homens cultos poderiam ser seduzidos entregando-se, por exemplo, à bebida, à dança e à zombaria. (CUNHA, 1998). Neste sentido, a terra e os sujeitos amazônicos seriam, de alguma forma contagiosos, cabendo ao homem de letras e ciência tomar os cuidados necessários para não se corromper no contato.

Refletindo sobre isso Nísia Trindade Lima e André Botelho discutem duas perspectivas elaboradas sobre o espaço amazônico. As narrativas analisadas pelos autores foram elaboradas pelo médico Carlos Chagas e pelo escritor Mário de Andrade. Para o primeiro, civilizar significava também sanear terras, sujeitos e práticas em nome da integração nacional. Para o segundo, apenas o riso irônico poderia explicar os desastres da formação nacional do País e o ridículo que as narrativas que davam sentido ao discurso nacional significavam.

Importante destacar que as duas viagens tinham, segundo Lima e Botelho (2014), um ponto em comum, narrar o que seria o nacional a partir dos interiores. Na concepção de Carlos Chagas o interior seria decaído confuso, insalubre e foco de contágio de inúmeras doenças, já Mario de Andrade se anima com a confusão, com a zombaria e até com a doença para compor um elemento nacional que tem por base a diversidade que ri da homogeneidade cujo desejo é colonizar e dominar a partir de padrões europeus.

Na expedição “Realizada cerca de oito anos após a viagem de Euclides da Cunha à Amazônia e sob o efeito da repercussão de *Inferno Verde*, Carlos Chagas lidou com essas imagens buscando na Medicina a saída para a construção de uma civilização nos trópicos”. (LIMA; BOTELHO, 2014, p. 145). Previamente armado contra as paisagens infernais descritas nos livros e pelos autores que lhe serviram de referência, o médico elabora sua perspectiva de integração nacional baseada na tese de redenção regional que se daria pela higiene e cura proporcionadas pelas práticas médicas.

Dois elementos são destacados pelos autores, a partir dos relatórios de Carlos Chagas sobre a Amazônia: o migrante como elemento povoador e a malária como obstáculo à efetivação dos projetos civilizatórios. Sobre estes pontos destacamos as inter-relações entre as narrativas produzidas pelo engenheiro militar Euclides da Cunha e o Médico Carlos Chagas.

Ainda que denúncias contrárias ao sistema de barracões apareçam no texto, na perspectiva do cientista, a solução para o povoamento da região encontrava-se na migração dos sertões do “norte”, especialmente na migração de cearenses que, ao se tornarem homens na Amazônia, eram dizimados pela malária. A malária seria o coroamento dos infortúnios do migrante em seu processo de exploração dos seringais. Ainda que não haja citação textual, são nítidas as semelhanças com a construção discursiva de Euclides da Cunha. (LIMA; BOTELHO, 2014, p. 156).

Ocorre na escrita do médico Carlos Chagas um cruzamento entre o sertanejo forte de Euclides da Cunha, a decadência natural herdada de tantas outras narrativas e a malária como coroamento dos sofrimentos impostos aos homens no trabalho com a seringa. Para Carlos Chagas então, deveria haver um esforço racional de organização do processo migratório associado ao combate das doenças que dizimavam os homens na Amazônia. A malária, na concepção do médico sanitarista, era a principal delas.

É necessário destacar, como fazem, Lima e Botelho, o poder político exercido por médicos, advogados e engenheiros no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O discurso médico, aplicado também a um desenho técnico de intervenção da engenharia, aplicada em cidades e territórios, encontra amparo na prática jurídica para legitimação das ações políticas. Não é à toa que tantos desses profissionais exerceram cargos como o de prefeito, governador, e presidentes naquele período e, em parte, talvez isso explique a força que o uso do termo “Doutor” tem quando se refere às eleições no Brasil atual, sendo este um termo bastante utilizado, como uma espécie de “poder” ou exaltação, mesmo que a pessoa que se utilize do termo não tenha a titulação por meio de um real doutoramento. Principalmente se esses doutores forem profissionais em alguma dessas três áreas do conhecimento. O relatório de Carlos Chagas sobre a Amazônia e a malária como principal doença da região se inscrevem naquele contexto de início de século.

Para Lima e Botelho (2014), Mário de Andrade também busca identificar o elemento regional para compor um panorama do nacional, porém para aquele autor, ocorreu o contato com um Brasil muito diferente do representado nas narrativas médicas e literárias. Mário de Andrade ironiza as definições apresentadas e transforma a preguiça em elemento positivo e a maleita em filosofia.

Ao elevar a malária à condição de filosofia, Mário de Andrade questiona as narrativas do progresso que sustentavam as ações sobre pessoas e localidades. Assim, a malária ou a preguiça tornavam-se nas narrativas do autor elementos de contestação de uma lógica que classifica os seres como coisas, atribuindo-lhes um papel a designar conforme suas classificações. “Na ‘utopia amazônica’ de Mário de Andrade, em tudo avessa à reificação da vida, os enigmas que a muito marcavam negativamente a civilização tropical sintetizada na Amazônia são como que transfigurados positivamente”. (LIMA; BOTELHO, 2014, p. 160).

É possível ler a Amazônia de várias maneiras, como a de Mário de Andrade. Importante é pensar Amazônia como algo construído pelo conjunto das coisas ditas, escritas e imaginadas. Como analisa Gerson Albuquerque, é necessário questionar o significante Amazônia e pensá-lo como elaboração e difusão de algo narrado repetidamente “na condição de ‘coisa da natureza’ um ‘dado natural’”. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 78).

Neste artigo buscamos analisar e repensar processos de (re)invenção do que se constituiu como Amazônia, criticando narrativas que contribuíram com a visão sobre uma Amazônia homogênea e distante, perpetuada até os dias atuais, como presenciamos no decorrer dos últimos meses, discussões dos diversos lugares do mundo, de diversas pes-

soas, “problematizando” a Amazônia, propondo meios de usos “sustentáveis”, pensando na “preservação”, “proteção”, quando na verdade esses são discursos utilizados como pano de fundo para questões outras que sempre estiveram presentes nos imaginários sobre a região, e que permanecem como desejo da permanente busca do “el dorado”.

As Amazôniaas como propõem Nenevé e Sampaio, devem ser repensadas e pluralizadas, reexaminando perspectivas, criando o que eles denominam de hibridização, ou um terceiro espaço, no qual deve-se viver as diferenças, reconhecer as diversas existências e sair da dicotomia do colonizado versus colonizador. Pensar Amazôniaas no plural talvez seja um modo de problematizá-la enquanto palavra que nomeia, cria, mas principalmente ressignificá-la para, quem sabe reconstruí-la sobre outras bases transformando-a em morada plural de ideias e modos de vida igualmente respeitadas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues, Amazonialismo. In: ALBUQUERQUE, Gerson; PACHECO, Agenor Sarraf. **Uwa’kürü Dicionário Analítico**. Rio Branco – Acre. Editora Nepan, 2016.
- CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco zero, 1994.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LIMA, Nísia Trindade de & BOTELHO, André. “Duas viagens amazônicas e o espectro de Euclides da Cunha: malária e civilização em Carlos Chagas e Mário de Andrade”. p. 139-178. In BASTOS, Elide Rugai & PINTO, Renan Freitas (orgs). **Vozes da Amazônia II**. Manaus: Valer/Edua, 2014.
- MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d’Os Sertões**. Annablume: Belo Horizonte, 2007.
- NENEVÉ, Miguel; SAMPAIO, Sônia. Re-imaginar a Amazônia, descolonizar a escrita sobre a região. In: **Literaturas e Amazôniaas: colonização e descolonização**. Rio Branco: Nepan, 2015.
- PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In. FIORION, J. L. **Introdução à linguística: Objetos teóricos**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 55-74.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Tradução de Rômulo Monte Alto. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 28. ed. Trad. de Antonio Chelini, José Paulo Paes, Iziodoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.